

## URBANISMO

## Audiência Pública debate PPCUB

Depois de acordo com o Ministério Público, GDF anunciou que só, em 2023, enviará o projeto do Plano de Preservação do Centro Urbanístico de Brasília à Câmara Legislativa. Iphan deu parecer favorável ao texto de 500 páginas

» SAMANTA SALLUM  
» MILA FERREIRA

**P**romovida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), uma Audiência Pública reuniu autoridades e representantes da sociedade civil, na manhã de ontem, com o objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar (PLC) do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

O texto não será mais enviado à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) até o fim de novembro, como antes previsto. O governo local, em entendimento com o Ministério Público do DF, anunciou que será apenas em 2023 e que, antes, vai realizar uma segunda audiência pública, provavelmente, em janeiro.

A Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística chegou, na semana passada, a fazer uma recomendação oficial à Seduh para que adiasse a audiência pública de ontem. Alegou necessidade de mais divulgação dos estudos técnicos que embasaram a proposta de lei.

"Essa minuta de projeto é resultado de 6 meses de debates e passou pelo crivo do Iphan. Mas, para não ter questionamento algum sobre a condução do processo, vamos realizar ainda mais uma audiência pública. E só iremos enviar o texto final no primeiro semestre de 2023. Agradecemos a participação do Ministério Público nesta construção", explicou o secretário de Desenvolvimento Urbano, Mateus Oliveira.

O PPCUB estabelece as regras de preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, declarada pela Unesco. Trata da proteção do conceito urbanístico e arquitetônico. A audiência, que reuniu 300 pessoas, teve caráter consultivo, com o intuito de de recolher contribuições. Essa consulta à população é obrigatória por lei, antes do texto seguir para apre-

Wanderlei Pozzembom/CB/D. A Press



Representantes do GDF, do Iphan, do setor produtivo e da sociedade em geral se reuniram, ontem, no auditório do Complexo da Polícia Civil

ciação dos deputados distritais.

O projeto contém 500 páginas e 26 anexos. Será a primeira lei local para regras de preservação e vai definir diretrizes para o futuro.

Estiveram presentes, além de integrantes da Seduh, o secretário de Cultura e Economia Criativa, Bartolomeu Rodrigues; o superintendente do Iphan, Saulo Diniz; a administradora do Plano Piloto, Ilka Teodoro; representantes da Fecomércio e do Sindicato da Construção Civil; o subsecretário da área tombada, Ricardo Noronha; e Leonardo César Vieira, re-

presentante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros membros da sociedade civil e de associações de urbanistas. O promotor de Ordem Urbanística do DF Dênio Augusto de Oliveira também participou.

"É um momento que todos nós faremos parte da história do Distrito Federal. Estamos tratando da maior área urbana tombada do mundo, que é Brasília, com 120 Km2 a ser preservado. A nossa responsabilidade é enorme com as futuras gerações", reforçou Saulo Diniz do Iphan.

A última minuta do PPCUB esteve em debate na Câmara Legislativa em 2013. "Esse é um momento de celebração. Depois de quase 10 anos, voltamos para apresentar a proposta depois de passar por uma revisão. Passaram-se dois governos até que fosse possível o retorno aqui. A nova minuta apresentada é o acúmulo de discussões e de um trabalho feito nos últimos anos, com inúmeras reuniões e estudos", destacou o secretário Mateus Oliveira.

A arquiteta Tânia Batella propôs a criação de um quadro

comparativo entre o que já existe na lei e as propostas novas. "Que se separe e especifique as normas vigentes das propostas novas, baseadas em suas respectivas legislações", defendeu. Batella, que tem uma atuação histórica na fiscalização do patrimônio urbanístico de Brasília.

A Seduh avaliará as sugestões apresentadas pela população ao texto, fazendo os ajustes técnicos necessários. Depois, será levado à deliberação do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan).

Ed Alves/CB/D.A Press



**Para não ter questionamento algum sobre a condução do processo, vamos realizar ainda mais uma audiência pública**

**Mateus Oliveira**, secretário de Desenvolvimento Urbano

Reprodução/LinkedIn



**A nossa responsabilidade é enorme com as futuras gerações**

**Saulo Diniz**, Superintendente do Iphan no DF

## CINEMA

## Sementes criativas do Festival

» RICARDO DAEHN

Débora Oliveira/CB/D.A Press



Clarissa Campolina, diretora do longa-metragem *Canção ao Longe*. Tom nas buscas femininas

Sempre pontuado por discussões políticas e pela mobilização de um público participativo — o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro terá o encerramento da 55ª edição, hoje, com a noite de premiação no Cine Brasília (EQS 106/107), às 20h. Vencedora de troféus, nos festivais de Sundance e de Berlim, com o longa *Que horas ela volta?* (2015), e autora de sucessos nacionais como *Durval discos* (2001) e *É proibido fumar* (2009), a cineasta Anna Muijlaert — sempre associada à difusão do feminismo — assina curta-metragem (*O nosso pai*) a ser mostrado antes da entrega dos prêmios Candango. Integrando a lista de seis filmes concorrentes estão duas produções da cidade: *Mato seco em chamas* e *Rumo*. Premiados, ou não, os filmes impulsionam a carreira de realizadores como Adirley Queirós, Joana Pimenta, Bruno Victor e Marcus Azevedo. Fortalecidos pelo evento, quais seriam os próximos passos dos cineastas destacados em Brasília?

Com um cinema engajado, que projeta a Ceilândia em escala internacional, o diretor Adirley Queirós, recolocou a produção local no pódio do festival, há oito anos, quando da vitória de melhor filme para *Branco sai, preto fica* — fator de empate com *Louco por cinema* (1994), outro filme feito em Brasília. Junto com a codiretora Joana Pimenta, Adirley, mira à frente novo projeto com contundência social: "Estamos no processo de adaptar parte da vida de Lula, mas é o Lula que mora em Ceilândia, na minha esquina", adianta o realizador.

Tomando parte de uma rodada de negócios, no âmbito do Festival de Cinema, os diretores de *Rumo* (Bruno Victor e Marcus Azevedo),

que tratou de vitórias e problemáticas associadas ao sistema de cotas adotado pela Universidade de Brasília, tenta emplacar novo projeto ficcional, um longa-metragem batizado *No pôr do sol*. A produção será baseada na vida de Leni Rabin, personagem central de *Rumo*. "Nos anos de 1990, ela foi uma líder comunitária com história incrível na batalha para ser oficializar Pôr do Sol como uma cidade", conta Bruno Victor.

Quase no rescaldo do festival de cinema, a dupla de diretores Brenda Melo Moraes e João Paulo Reys, que apresentou o longa *Mandado*

(em torno da invasão infundada do governo em residências cariocas), vai se ater a temáticas mais leves, no futuro próximo. "Estou retomando Arquivos Impossíveis, projeto junto com o cineasta Jorge Mourão, para o resgate do acervo produzido por ele, em super 8, na década de 70", conta Brenda.

Vários projetos independentes assomam a agenda do diretor Bruno Jorge (que, para o Festival de Brasília, trouxe *A invenção do outro*). Rodado durante a pandemia, a série *Vidas e desvios* levou Bruno a trabalhar por três meses na rodovia Transamazônica. "Rodei no

meio da floresta. Meses atrás, rodei primeira etapa de longa em Parintins (Amazonas) sobre a festa do boi-bumbá; ele toca questões de miscigenação e mestiçagem", conta Bruno Jorge.

Afirmando um cinema focado no feminino, a cineasta Clarissa Campolina (que apresentou, em Brasília, *Canção ao longe*) aposta, atualmente, na montagem de longa feito em parceria com o mineiro Sérgio Borges. Rodado na região de Ouro Preto, o filme teve origem no núcleo criativo desenvolvido a partir de alguns livros, entre os quais o inspirador *Ajara na selva*, de

Bárbara Cabral/Esp. CB/D.A Press



**História incrível na batalha para se oficializar o Pôr do Sol como uma cidade**

**Bruno Victor**, diretor de cinema

Henry James, que Clarissa leu em 2014. Destacados no premiado *Marte Um*, Sinaia Telles e Carlos Francisco estão no elenco. "O filme mostra o percurso de uma mulher por uma estrada. Muito tempo depois de perder a mãe, ela

tem contato com uma foto em que aparece um terreno da mãe: ela buscará este lugar", comenta Clarissa Campolina.

Com grande expressão na descentralização da produção audiovisual, Taciano Valério teve Espumas ao vento, filmado em Caruaru (PE), mostrado no Festival de Brasília. Com sinalização de apoio de um canal de tevê local, *A letra do pife* é uma série em curso com músicos como Anderson do Pife. Em 2 de dezembro, lançará novo longa no Fest Aruanda (João Pessoa). "Bia, que dá nome ao filme, é uma mulher que tenta realizar uma pesquisa junto ao feminismo no MST", conclui.